

MECANISMOS DE TEXTUALIZAÇÃO PRESENTES EM “SANTINHOS POLÍTICOS”

MECHANISMS OF TEXTUALIZATION IN “SANTINHOS POLÍTICOS”

Priscila Lopes Viana¹

priscilaviana@live.com

RESUMO: Tendo por base o modelo de análise dos textos, no quadro teórico do “Interacionismo Sociodiscursivo”, tal como proposto por Bronckart (2006; 2007), analisamos os mecanismos de textualização (coesão nominal, coesão verbal e conexão) presentes em três exemplares do gênero textual “santinho político”.

PALAVRAS-CHAVE: “santinho político”; mecanismos de textualização; “interacionismo sociodiscursivo”.

ABSTRACT: Based on the model of analysis of texts, the theoretical framework of “Interactionism Sociodiscursive”, as proposed by Bronckart (2006; 2007), we analyzed mechanisms of textualization (nominal cohesion, verbal cohesion and connection) in three texts of genre “Santinho político”.

KEY WORDS: “santinho político”; mechanisms of textualization; “sociodiscursive interactionism”.

1. Introdução

Este trabalho faz parte da dissertação de mestrado intitulada “Análise de Estratégias Linguístico-Discursivas constitutivas do Gênero Textual ‘Santinho Político’” (apoio CAPES), na qual investigamos, tendo por base o modelo de análise dos textos, no quadro teórico do “Interacionismo Sociodiscursivo” (daqui para frente “ISD”), tal como proposto por Bronckart (2006; 2007), os elementos caracterizadores do gênero “santinho político” - um dos meios pelos quais os candidatos a cargos políticos apresentam-se ao eleitorado brasileiro.

Para Bronckart (2007), todo texto é organizado em três níveis (camadas) superpostos, e em parte interativos, que constituem o “folhado textual”: (1) a arquitetura interna dos textos, (2) os mecanismos de textualização e (3) os mecanismos enunciativos. Essa divisão de níveis de análise é concebida pelo autor como necessidade metodológica para se desvendar a complexidade da organização textual.

No presente artigo, limitar-nos-emos a analisar os mecanismos de textualização, (conexão, coesão nominal e coesão verbal) presentes em três exemplares do gênero textual “santinho político”, os quais fazem parte de um corpus coletado nas campanhas eleitorais dos anos de 2004, 2006 e 2008. Trata-se, portanto, de “santinhos” de candidatos que concorreram a diversos cargos políticos (vereador, prefeito, deputado federal, deputado estadual, senador e governador) no estado de Minas Gerais.

¹ Doutoranda em Estudos Linguísticos pela UFMG

2. Alguns fundamentos teóricos

2.1 Mecanismos de textualização

Os mecanismos de textualização articulam-se à progressão do conteúdo temático, tal como é apreensível no nível da arquitetura interna dos textos. Estão no nível intermediário do “folhado textual” e, por criarem “séries isotópicas”, contribuem para a manutenção da coerência temática. Encontram-se na superfície do texto e explicitam, tendo em vista o(s) agente(s) leitor(es), as articulações lógicas, temporais e hierárquicas do texto.

Esses mecanismos são distribuídos, devido à sua própria função, no conjunto de um texto ou em suas partes mais ou menos relevantes e, assim, podem “atravessar” as fronteiras dos tipos de discurso e das sequências que aparecem no texto. Às vezes, eles servem exatamente para fazer a marcação entre os diferentes tipos de discurso e de sequências em um texto. As diversas unidades linguísticas que realizam as funções desses mecanismos são denominadas por Bronckart (2007) pela expressão genérica “marcas de textualização”.

Dependendo do tipo de discurso² que compõe um texto, uma mesma função pode ser realizada por diferentes marcas de textualização. Por isso, o autor examina as relações de interação entre os quatro tipos de discurso e cada um dos mecanismos de textualização.

Como as marcas de textualização podem ser observadas concretamente nas frases ou em junções de frases e acabam por exercer um papel na organização das unidades sintáticas locais, o autor inspira-se especialmente nos trabalhos de Charolles (1995) para distinguir três planos de análise, uma vez que uma mesma marca pode ser analisada sob diferentes olhares. O primeiro plano de análise seria de uma abordagem centrada no sistema da língua, isto é, através de uma identificação do conjunto de regras de microssintaxe que estruturam internamente as frases sintáticas organizando seus vários constituintes em torno do sintagma verbal.

O segundo plano de análise estaria relacionado às unidades (gerundivas, infinitivas e sintagmas separados) de estatuto intermediário, pois, embora apareçam no interior das frases, suas funções não podem ser definidas segundo as regras da microssintaxe. Como essas unidades colocam constituintes internos de uma frase em relação com um constituinte presente em uma frase próxima, elas funcionam de acordo com as regras da macrossintaxe, que são menos restritivas que as anteriores.

² Bronckart (1999) identifica quatro tipos de discurso. Dois da ordem do Expor (discurso interativo e discurso teórico) e dois da ordem do Narrar (relato interativo e narração).

Por fim, o terceiro plano de análise trata dos mecanismos de textualização, ou seja, das regras de organização geral do texto. As marcas de textualização podem ser regidas também pela micro ou pela macrossintaxe, exercendo uma função de conexão, por exemplo, e, ao mesmo tempo, alguma função sintática. Todavia, há algumas unidades que não desempenham função sintática, exercendo exclusivamente a função de marcador de textualização (como ocorre com “então” no texto do “santinho” 1: “Um senador que faz oposição ao Presidente dificulta a aprovação do Orçamento e a liberação de recursos, atrasando o desenvolvimento do Estado e dos municípios. *Então*, quem você acha o melhor senador para Minas?”).

Bronckart (2007) distingue três mecanismos de textualização: (1) a coesão nominal, (2) a coesão verbal e (3) a conexão. A seguir, abordaremos no subitem 2.1.1 o tratamento dado por Bronckart (2007) aos mecanismos que realizam a coesão nominal; no subitem 2.1.2, será a vez de os mecanismos de coesão verbal serem abordados por Bronckart (2007) e por Pinto (2004b); e, enfim, no subitem 2.1.3, focalizaremos a concepção de Bronckart (2007) em relação aos mecanismos de conexão.

2.1.1 A coesão nominal

Bronckart (2007) afirma que os mecanismos de coesão nominal são os responsáveis por explicitar as relações de dependência entre argumentos que compartilham uma ou diversas propriedades referenciais. Essas relações são marcadas por sintagmas nominais ou pronomes que, por serem organizados em série, constituem cadeias anafóricas. Devido a essas marcas serem inseridas em estruturas oracionais, assumem, localmente, funções sintáticas determinadas.

O autor distingue duas funções de coesão nominal: (i) introdução e (ii) retomada. A função da primeira seria marcar a inserção de uma unidade de significação nova (“unidade-fonte”) em um texto, o que origina uma cadeia anafórica. A retomada, por sua vez, teria como função reformular a unidade-fonte (ou “antecedente”) ao longo do texto. Bronckart (2007) ressalta que as relações de co-referência subjacentes às cadeias anafóricas podem apresentar aspectos muito diversos, pois há casos nos quais a identidade do conteúdo referencial é relacionada pela cadeia anafórica, porém, há outros casos em que os elementos de significação relacionados compartilham poucas ou somente uma propriedade referencial e, mesmo assim, podem ser vagas ou determinadas por certa lógica (de inclusão,

de contiguidade, de associação etc.). Há, ainda, casos nos quais ocorre uma total indeterminação da referência comum às unidades relacionadas.

Para o autor, é conveniente destacar também que o antecedente de uma cadeia anafórica não é propriamente uma forma nominal, e exemplifica que a anáfora nominal “esse novo desenvolvimento” em “os combates foram retomados na Bósnia oriental e esse *novo desenvolvimento* conduziu...” (BRONCKART, 2007, p. 269)³ retoma a totalidade da oração que a precede. Além disso, pode ocorrer de o antecedente não estar explicitamente verbalizado no cotexto⁴, sendo, nesse caso, uma informação disponível somente na “memória discursiva” do agente, ainda que essa informação possa ser inferida do cotexto.

Em francês, segundo o autor, são duas as categorias de anáforas que marcam a coesão nominal: a categoria das anáforas pronominais e a categoria das anáforas nominais. Essas duas categorias de anáforas são utilizadas nos “santinhos” de nosso cópulus, ora predominando uma ora outra.

A primeira categoria de anáforas compõe-se de pronomes relativos, pessoais, possessivos, demonstrativos e reflexivos e de elipses. Todavia, os pronomes “dêiticos” podem não se inscrever em uma cadeia anafórica, uma vez que remetem a instâncias exteriores ao texto (ao agente-produtor – através do uso de pronomes de 1ª pessoa – e ao agente-leitor – representado por pronomes de 2ª pessoa).

Já a segunda categoria compõe-se por sintagmas nominais de vários tipos. Os sintagmas que asseguram uma retomada podem ser idênticos ao seu antecedente, mas podem diferenciar-se dele no plano lexical ou no plano das marcas de determinação, ou mesmo nesses dois planos.

Neste sentido, é o sintagma nominal indefinido que, normalmente, realiza a função de introdução. Por sua vez, a função de retomada é mais frequentemente realizada pelos sintagmas nominais definidos (“marcados” ou “possessivos”) e pelas diversas anáforas pronominais.⁵

Quanto à relação da coesão nominal com os tipos de discurso, Bronckart (2007) aponta que, da mesma forma como ocorre com as unidades de conexão, as escolhas das

³ Grifos do autor.

⁴ Bronckart (2007b:70) designa de cotexto “o ambiente linguístico (interno) de uma unidade qualquer”. Segundo o autor, essa noção substitui a de “contexto linguístico”.

⁵ Vale salientar que Koch (2004) distingue três estratégias de referência textual: (1) uso de pronomes, (2) uso de expressões nominais definidas e (3) uso de expressões nominais indefinidas. Na proposta da autora, a retomada textual por meio de nominalizações pode ocorrer na ausência do determinante. Nesses casos, o nome-núcleo pode vir acompanhado de um modificador, sob a forma de oração relativa, ou seguido do demonstrativo, de um indefinido ou de uma estrutura comparativa.

unidades anafóricas podem ser influenciadas pelo tipo de discurso em que essas unidades aparecem. Sendo assim, na ordem do Narrar, as anáforas pronominais de terceira pessoa são mais comumente encontradas. Quando as sequências descritivas estão integradas aos tipos dessa ordem, apresentam, normalmente, anáforas nominais com determinante possessivo.

Já na ordem do Expor, os discursos interativos são marcados pela presença de pronomes de 1ª, 2ª e 3ª pessoas, que, frequentemente, acumulam um valor dêitico e um valor anafórico. E os discursos teóricos – por articularem séries de argumentos mais abstratamente caracterizados - fazem retomadas mais frequentes através de anáforas nominais, geralmente associadas a relações complexas de co-referência (relações de implicação, de contiguidade, de inclusão, de associação etc.).

2.1.2 A coesão verbal

Para Bronckart (2007), a coesão verbal é um mecanismo que colabora para tornar explícitas as relações de continuidade, descontinuidade e/ou de oposição existentes entre os elementos de significação expressos pelos sintagmas verbais. Para o autor, são as escolhas dos constituintes indispensáveis desses sintagmas que marcam essas formas de coerência temática. Assim, essa coerência temática é marcada pelas escolhas dos lexemas verbais e, especialmente, pelas escolhas de seus determinantes (flexões verbais e auxiliares), ou seja, dos “tempos verbais”.

Esses constituintes portam valores que têm levado muitos teóricos, segundo o autor, a identificar três classes gerais de significados – temporalidade, aspectualidade e modalidade –, além de uma grande diversidade de valores mais específicos: valor temporal gnômico, de simultaneidade, de anterioridade etc.; valores modais de asserção, de hipótese etc.; valores aspectuais de realizado, frequentativo, imperfectivo etc. Porém, como na maior parte dessas pesquisas foram verificados os valores desses constituintes obrigatórios por meio de cópulas constituídos de frases ou segmentos extraídos de seu cotexto e de seu contexto, Bronckart (2007) procura apreender seus valores dentro do quadro da organização dos textos e dos discursos.

O autor afirma que na língua francesa os tempos verbais distribuem-se em paradigmas distintos, mantendo forte interação com os tipos de discurso. Ele procura distinguir as regras de marcação das funções de coesão verbal específicas de cada tipo de discurso e, para alcançar esse objetivo, propõe um quadro geral de análise que leve em

consideração a dimensão textual de seu funcionamento e que possibilite a identificação de quatro funções gerais da coesão verbal.

Pinto (2004a; 2004b), na perspectiva do interacionismo sociodiscursivo, analisa as manifestações das relações de temporalidade nos discursos humanos focalizando um tipo especial de coerência textual que essas relações estabelecem, denominado de coesão temporal.

O autor ressalta, especialmente, duas contribuições para sua pesquisa sobre a temporalidade: a de Reichenbach (1947) – um dos primeiros a perceber a necessidade de se considerar um momento psicológico de referência na expressão discursiva do tempo, além dos momentos da fala e da realização do processo (ou evento) – e a de Benveniste (1966; 1974). Deste autor, Pinto (2004b) se apropria da teoria sobre a enunciação, na qual se percebe que toda e qualquer instância enunciativa se instaura, ao se colocar o enunciador diante de seu enunciatário, através da mobilização de um referente, situado num tempo e num espaço.

A caracterização desse tempo realiza-se pela diferença explicitada por Benveniste (apud PINTO, 2004b) entre três tipos de tempo: o físico (e seu correlato psicológico), o cronológico e o linguístico. O tempo físico é o do mundo, um sucessivo constante, ilimitado, linear, segmentável, ao qual corresponde a percepção de um tempo de duração interior nos indivíduos, o psicológico. Por sua vez, o tempo cronológico é aquele no qual se situam os eventos, as ações e os processos, caracterizado de modos distintos em cada cultura. Enfim, o tempo linguístico corresponde à possibilidade de expressão, através da linguagem, da experiência humana do tempo, definido e ordenado em função do discurso. Assim, o estudo de Pinto (2004b) procura definir e ordenar discursivamente o tempo linguístico.

Neste sentido, Pinto (2004b) toma a temporalidade em sua acepção de expressão do tempo através de um processo de semiotização linguística. E, para isso, ele considera que tal processo se dá na confluência operacional de três parâmetros: o linguístico, o cognitivo e o social. O autor acredita que essa confluência se opera numa perspectiva sociointeracionista, já que a integração operacional entre esses parâmetros implica: a apropriação e interiorização de estímulos, crenças, valores, informações etc. da sociedade na qual enunciador/enunciatário estão inseridos e uma ação discursiva humana, na qual se configura um processo de produção semiótica de natureza verbal. Portanto, os textos resultam da integração de operações linguísticas, cognitivas e sociais, e são os instrumentos mediadores das ações humanas.

A construção da temporalidade prevê, portanto, do linguístico, as formas linguísticas apropriadas (segundo cada língua natural) para a expressão da temporalidade e as semiotiza, organizando-as morfossintaticamente nos textos; do cognitivo, a atuação na configuração básica do pensamento humano que trabalha o encadeamento em rede de espaços referenciais⁶, entre os quais se constituem também espaços que dizem respeito à organização temporal desse pensamento (“espaços temporais”); e, por fim, do social, prevê que a expressão da temporalidade nos discursos (e sua manifestação linguística) pode depender de certos padrões típicos, devido aos tipos de discursos reconhecidos e utilizados socialmente nos grupos humanos.

Pinto (2004b) constata, inicialmente, o fato de que cada língua natural tem seu repertório próprio de formas linguísticas com a função especial de semiotizar as relações temporais que o enunciador pretende estabelecer em seu enunciado/texto. Em relação ao português, como ocorre também com muitas línguas, há uma classe específica de formas que assumem sobretudo essa função: as formas verbais. Além de essas formas referenciar as noções de processos estáveis e dinâmicos (referenciação operada pelos lexemas verbais), articulam-se com afixos especiais e sincronicamente delimitados, cuja função é situar esses processos no tempo discursivo. Há, entretanto, outras formas, não tão delimitadas e de variado perfil morfossintático, que se prestam igualmente à mesma função: os “marcadores” ou “organizadores temporais”.⁷ Vale destacar, ainda, que, às vezes, a expressão da temporalidade pode não ser marcada linguisticamente, mas apenas contextualmente.

De acordo com Pinto (2004b), as formas “tempos verbais” em uso no português do Brasil não correspondem exatamente às formas descritas nas gramáticas normativas. Algumas, segundo o autor, não são mais usadas ou são muito pouco usadas na fala e na escrita comuns do país, enquanto uma diversidade de formas “não-tempos verbais” ocorrem com muita frequência, tanto na fala quanto na escrita.

Em razão do tipo de discurso que as formas do tipo tempos verbais atravessam, elas costumam ocorrer em textos por vezes em distribuições isotópicas. Assim, nestes casos

⁶ Pinto (2004a; 2004b) adota a tradução de “mental spaces” da teoria proposta por Fauconnier e outros por *espaços referenciais*. Além de Pinto (2004a; 2004b) considerá-la mais apropriada aos objetivos de seu trabalho, ele procura, ainda, estabelecer uma adequação epistemológica e terminológica entre essa teoria e a teoria da enunciação proposta por Benveniste.

⁷ O autor considera duas categorias de formas temporais: as formas *tempos verbais* e as formas *não-tempos verbais*. Nessa última categoria, incluem-se os advérbios temporais, um extenso conjunto de locuções adverbiais das mais variadas composições, conjunções temporais, etc.

pode-se verificar a incidência do parâmetro social para a construção da temporalidade, ou seja, configuram-se casos nos quais a temporalidade é determinada por tipos especiais de discursos socialmente formatados e aceitos. As formas não-tempos verbais, por sua vez, costumam ocorrer em distribuições mais livres, em função das ocorrências de variações de espaços temporais na construção referencial do texto.

Embora o termo “coesão verbal” seja o mais disseminado para significar a coerência temporal do texto, talvez pelo uso preponderante das formas “tempos verbais” em sua distribuição mais circunstancialmente isotópica e discursivamente determinada, Pinto (2004b) opta pelo uso corrente da terminologia “coesão temporal” (ao invés de “coesão verbal”) na medida em que considera a importância da temporalidade em si, sobretudo nos termos da teoria de Benveniste (1966, 1974) sobre a enunciação.

2.1.3 A conexão

De acordo com Bronckart (2007), a conexão contribui na marcação das grandes articulações de progressão temática e realiza-se por meio de um subconjunto de unidades que o autor denomina de “organizadores textuais”. Além de esses organizadores poderem assinalar as articulações locais entre as frases, eles podem indicar as transições entre os tipos de discurso e as formas de planificação constitutivas de um texto.

Assim, os mecanismos de conexão marcam as relações entre estruturas, em outras palavras, explicitam as relações existentes entre os diversos níveis que organizam um texto. Podem assumir a “função de segmentação” quando, no nível mais englobante, explicitam as articulações do plano de texto delimitando suas partes constitutivas e assinalando os diferentes tipos de discurso correspondentes a essas partes. Exercem a “função de demarcação” ou “balizamento” quando, em um nível inferior, marcam as articulações entre as fases de uma forma de planificação. Podem, ainda, em um nível mais inferior (o das estruturas frasais), além de assumir a função de empacotamento, explicitando as modalidades de integração das frases sintáticas à estrutura que constitui a fase de uma forma de planificação, exercer a “função de ligação” (coordenação, justaposição) ou de “encaixamento” (subordinação), articulando duas ou várias frases sintáticas em uma única frase gráfica.

Na língua francesa, Bronckart (2007) observa que a marcação da conexão, ou seja, a organização textual, é realizada por unidades linguísticas de estatuto diverso. Ele as

reagrupa em quatro categorias principais, que podem, como nos mostram os exemplos, ser verificadas também na língua portuguesa:

- (a) um subconjunto de advérbios ou de locuções adverbiais com caráter transfrástico (ex: “de fato”, “depois”, “de um lado”, “primeiramente”, “finalmente”, “além de” etc.). O autor observa que essas unidades não são, frequentemente, regidas pelas regras da micro sintaxe e, por isso, não desempenham função sintática na oração de que fazem parte. No entanto, em poucos casos, podem assumir a função de adjunto adverbial (ex: “*Ontem*, Talita disse-me que...”⁸);
- (b) um subconjunto de sintagmas preposicionais que são regidos pela micro ou pela macro sintaxe. Quando regidos pela micro, assumem a função de adjunto adverbial (ex: “*Desde então*, vem realizando um trabalho para trazer para nossa cidade os investimentos federais.”); quando regidos pela macro, assumem o estatuto de estruturas adjuntas (ex: “*Para uma política séria*, é necessário eleger políticos sérios.”);
- (c) o conjunto das conjunções de coordenação, na forma simples (ex: “e”, “ou”, “nem”, “mas” etc.) ou na forma mais complexa de locução (ex: “isto é”, “ou seja” etc.);
- (d) o conjunto das conjunções de subordinação (ex: “antes que”, “desde que”, “porque” etc.).

O autor estabelece uma correspondência parcial entre as categorias de organizadores textuais, anteriormente assinaladas, e as várias funções de conexão já apontadas. Assim, os marcadores do tipo (a) e (b) são capazes de marcar, por um lado, a segmentação e, por outro, o balizamento das fases de uma forma de planificação. Há aqueles ainda desse mesmo tipo que colocam em evidência o tipo de relação existente entre frases individuais assegurando uma função de empacotamento (ex: “após”, “depois”, “então” etc.). Por sua vez, os organizadores do tipo (c) destinam-se fundamentalmente às funções de empacotamento e/ou ligação. Poucas vezes assumem uma função de balizamento (ex: “é então que”, “mas” etc.).

Para concluirmos o item sobre os mecanismos de textualização, devemos lembrar que, para Bronckart (2007), todo texto empírico constitui uma “unidade comunicativa” em uma situação de ação de linguagem e destina-se a ser interpretado e compreendido pelos interactantes. Ou seja, independentemente da diversidade e da heterogeneidade dos componentes da arquitetura de um texto empírico, ele compõe um todo coerente. Neste

⁸ Os exemplos desta seção foram extraídos do nosso cópulo ou inspirados nos exemplos de Bronckart (1999).

sentido, os mecanismos de textualização são um dos responsáveis pelo estabelecimento dessa coerência.

3. As análises

3.1 A coesão nominal nos “santinhos”

Como afirmamos anteriormente, Bronckart (2007) considera os mecanismos de coesão nominal como os responsáveis por explicitar as relações entre argumentos que compartilham uma ou diversas propriedades referenciais. Estas relações se marcam por sintagmas nominais ou pronomes organizados em série que constituem cadeias anafóricas. Estas marcas, por sua vez, adquirem, localmente, funções sintáticas determinadas na medida em que se inserem em estruturas oracionais. São duas as funções de coesão nominal distinguidas pelo autor: (i) introdução e (ii) retomada. A introdução tem como função marcar a inserção de uma unidade de significação nova (“unidade-fonte”) em um texto, o que origina uma cadeia anafórica. Já a retomada tem a função de reformular a unidade-fonte (ou “antecedente”) ao longo do texto.

No texto do “santinho” (1), transcrito abaixo, marcamos os aspectos mais salientes em relação à cadeia anafórica construída nesse texto, sendo que marcaremos em itálico os termos introduzidos e em negrito os termos anafóricos.

“Santinho” (1)

Você sabe qual a função do *senador*?

O senador trabalha junto ao *presidente* e \emptyset é o principal interlocutor entre a União o Estado e os municípios. Por isso, o bom relacionamento entre **o senador** e **o Presidente da República** é muito importante. Um **senador** que faz oposição **ao presidente** dificulta a aprovação do Orçamento e a liberação de recursos, atrasando o desenvolvimento do Estado e dos municípios.

Então, quem **VOCÊ** acha o melhor **senador** para Minas?

Newton é o meu senador – Presidente Lula.

Observa-se que a anáfora nominal por repetição fiel se destaca nesse texto. O termo “senador” retoma diversas vezes um antecedente idêntico. É interessante notar que o sintagma nominal indefinido (“um senador”) – presente no “santinho” (1) – não aparece no início para realizar a função de introdução. Segundo Bronckart (2007), é o sintagma nominal indefinido que, normalmente, realiza essa função. Sendo assim, percebemos que o sintagma nominal definido, que inicia o texto em meio a uma pergunta retórica, faz menção ao que se espera de um senador; no entanto, constrói-se a ideia de que há senadores que não

exercem sua função. Ou seja, para não atacar um candidato adversário (pertencente a outro partido e/ou coligação) explicitamente, prefere-se utilizar uma marca de indeterminação (“um”) para conduzir o leitor à construção de sentidos desejada. Verifica-se, ainda no “santinho” (1), uma anáfora pronominal representada pela elipse (Ø).

No “santinho” (2), transcrito a seguir, nota-se o uso das duas categorias anafóricas consideradas por Bronckart (2007), a nominal e a pronominal:

“Santinho” (2)

Motivos para ter *Newton* no Senado

Um homem trabalhador

- 50 anos de trabalho
- Ø Começou a trabalhar aos 14 anos
- Ø Kursou Administração Pública e Sociologia Política pela UFMG
- (Ø é) Bacharel em Direito pela PUC Minas
- (Ø é) Empresário dos ramos de alimentação, eletrodomésticos e móveis desde 1957

Um político comprometido com o povo

- Ø Lutou contra a ditadura junto ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro)
- (Ø foi) Eleito duas vezes Deputado Federal (1979-1982/1994-1996)
- (Ø foi) Eleito três vezes prefeito de Contagem (1973-1978/1983-1986/1997-1999)
- (Ø foi) Eleito Governador de Minas Gerais (1987-1990)
- Ø Construiu o Famog, um complexo de 12 conjuntos Habitacionais
- Ø Construiu 100 pontes e viadutos
- Ø Implantou e recapeou mais de 11.700 Km de estradas
- Ø Construiu 13 aeroportos e 113 terminais rodoviários
- Ø Construiu 2 Usinas Hidrelétricas
- Ø Urbanizou 185 cidades
- Ø Deu o melhor salário da história da PM e do professorado de Minas Gerais
- Ø Criou a UEMG e a UNIMONTES
- Todos os municípios de Minas foram contemplados com, pelo menos, uma obra de **Newton**.

Mesmo com tanto trabalho e tanta luta pelo povo de Minas Gerais, **Newton** sempre foi um pai e um esposo presentes. **Newton** acredita no trabalho, na família e no ser humano.

Um homem que faz!

Dentre as anáforas nominais, destaca-se o uso da repetição fiel do sintagma nominal “Newton”. Há, também, a construção de “anáforas infielis” (APOTHÉLOZ, 1995) quando o SN “Newton” é retomado por formas diferentes, seja pelo hiperônimo “Um homem”, seja pelo SN “político”, que lhe acrescenta uma determinação: ser alguém que se ocupa da política. Por sua vez, dentre as anáforas pronominais, ressalta-se uma grande cadeia anafórica construída por meio da elipse (Ø).

A seguir, transcrevemos e marcamos alguns elementos da cadeia anafórica presentes no texto do “santinho” (3):

“Santinho” (3)

Com o *time de Lula*, o *Brasil* está ganhando de goleada. Com *Nilmário*, *Minas* também vai jogar como o *povo* gosta.

As obras do presidente Lula avançam por toda **Minas Gerais**. Como capitão do time, **Lula** tem levado **sua** equipe a marcar **gols** em todos os setores. **Na política social**, não tem pra ninguém: **Lula** é campeão. Aqui e em todo o **Brasil**. Estradas são recuperadas e ferrovias são revitalizadas. **A saúde** recebe cuidados como nunca e **a segurança** ganha atenção redobrada. **As universidades** estão abertas para os jovens que nunca tiveram uma chance. **A economia** cresce e **a renda** aumenta.

Ninguém dá tanta alegria ao **povo** como o **time de Lula**. São tantas vitórias que tem muita gente querendo comemorar **os gols** que **Lula** vem fazendo. Mas, aqui em **Minas**, o **único candidato** a governador que joga **no time de Lula** é *Nilmário*. Ø Foi ministro de Lula e Ø entrou no jogo para ganhar o Palácio da Liberdade. **Nilmário** é um craque que conhece **Minas** como ninguém e Ø vai governar para todos **os mineiros**. Com **Nilmário** e **Lula** o **povo** vai ganhar. Depois de 1º de outubro, é só correr para o abraço.

Verifica-se que o “santinho” (3) apresenta uma cadeia anafórica bastante complexa em função de o agente-produtor ter se aproveitado de vocabulários do campo discursivo do futebol. “As obras do presidente Lula” são retomadas pelo léxico “gols”, que cria uma anáfora nominal. Outra anáfora nominal é criada quando o SN “os setores” é retomado pelas diversas partes que o compõem (“Na política social”, “A saúde”, “a segurança”, “As universidades” e “A economia”). Há, ainda, “o time de Lula” que ora é retomado por uma anáfora de repetição fiel, ora por uma anáfora infiel (“Lula”). Já o SN “Minas Gerais” é retomado pela anáfora infiel “Minas”.

Observa-se que no segmento “em Minas, **o único candidato** a governador que joga **no time de Lula** é *Nilmário*”, desse mesmo “santinho”, temos o SN “Nilmário” sendo usado com uma função de atributo (ou predicativo) do referente designado pela expressão “o único candidato”, o que não constitui, segundo Apothéloz (1995), um caso de anáfora na medida em que esse SN não é utilizado referencialmente.

Vale apontar, por último, as anáforas pronominais que atuam na organização do texto do “santinho” (3). O sintagma nominal “Lula” é retomado pelo pronome possessivo “sua” no segmento “**Lula** tem levado **sua** equipe a marcar **gols**” e o sintagma “Nilmário”, por sua vez, faz parte de uma cadeia anafórica na qual diversas elipses o retomam.

Enfim, vale ressaltar que, de acordo com Bronckart (2007), há uma relação entre a coesão nominal e os tipos de discurso. Neste sentido, os tipos de discurso presentes em um texto podem influenciar as escolhas das unidades anafóricas. Em relação aos “santinhos” de nosso cópulo, observamos uma recorrência maior das anáforas nominais por repetição fiel. Diante do objetivo deste gênero de persuadir os eleitores a votarem nos candidatos expostos, pensamos que o uso desse tipo de anáfora constitui-se uma estratégia relevante desses textos para que o nome do candidato exposto seja fixado na memória do agente-leitor. Outra anáfora de presença significativa é a anáfora pronominal realizada por elipses. Pensamos que seu uso seja recorrente devido à necessidade de se produzir um texto que sintetize em poucas palavras a vida pública e privada do candidato. Isso pode ocorrer em função de características dos agentes-leitores de “santinhos”, ou seja, indivíduos que, em função de sua pouca escolaridade e poucas informações políticas, não pretendem despende muito tempo em leituras de épocas de campanhas eleitorais ou, ainda, indivíduos escolarizados e politizados que utilizam o “santinho” somente como um lembrete do número do candidato. Vale ainda apontar a introdução de referentes nominais sem retomadas, isto é, as informações são, em geral, diretas. Devido, até mesmo, ao suporte desse gênero ser uma pequena folha de papel, os textos dos “santinhos” são frequentemente pequenos. Assim, esses referentes novos também podem caracterizar o modo como o gênero textual “santinho político” constrói sua progressão referencial na medida em que seus agentes-produtores podem, por meio dessa estratégia, expor mais informações sobre o candidato sem que precisem elaborar um texto extenso.

A seguir, nossa análise se centrará no mecanismo de textualização proposto por Bronckart (2007) e desenvolvido por Pinto (2004a; 2004b): a coesão verbal/temporal.

3.2 A coesão verbal/temporal nos “santinhos”

Ao tratarmos no subitem 2.1.2 da coesão verbal/temporal, vimos que é a escolha dos constituintes obrigatórios nos sintagmas verbais (lexemas verbais e seus determinantes: auxiliares e flexões verbais) que marcam uma das formas de coerência temática abordada por Bronckart (2007), isto é, os mecanismos de coesão verbal. Com base em Pinto (2004a; 2004b), analisaremos, a seguir, como se constitui a temporalidade nos três “santinhos” selecionados de nosso cópulo.

Inicialmente, vale lembrar que o gênero “santinho político” é constituído por um enunciado produzido por um (ou mais) enunciadore(s) – o próprio candidato ou os

coordenadores de campanha responsáveis pela comunicação e marketing juntamente (ou não) com os candidatos – direcionado aos enunciatórios – os leitores/eleitores brasileiros. Essa instância enunciativa se instaura efetivamente, pelo lado do(s) enunciador(es), com a colocação de um referente (o conteúdo do “santinho”), num tempo e num espaço. Quando o leitor/elector recebe o “santinho”, ele se conecta imediatamente a um eixo temporal (a data da eleição para a qual o “santinho” foi elaborado), a partir do qual ele passa a captar e construir a coerência temporal do enunciado. A base desse eixo é o *momento da enunciação* (ou o momento da escrita).

Nos textos dos “santinhos” (1) e (3), por exemplo, que criam o tipo discurso interativo, observamos, respectivamente, a presença dos seguintes elementos (formas verbais e organizadores temporais) responsáveis pela constituição da temporalidade:

- “Santinho” (1) => “sabe”, “trabalha”, “faz”, “dificulta”, “é”, “atrasando”, “acha” e “é”.
- “Santinho” (3) => “está ganhando”, “vai jogar”, “gosta”, “avançam”, “tem levado”, “tem”, “são” (3x), “recebe”, “nunca (teve)”, “ganha”, “estão abertas”, “nunca tiveram”, “cresce”, “aumenta”, “dá”, “tem”, “querendo comemorar”, “vem fazendo”, “joga”, “é” (3x), “Foi”, “entrou”, “conhece”, “vai ganhar”, “vai governar” e “Depois de 1º de outubro”.

Observa-se que o “santinho” (1) marca-se temporalmente, especialmente, pelo presente do indicativo. Até mesmo o verbo “atrasar”, que se apresenta marcado no gerúndio, é usado com valor de presente do indicativo, como se pode verificar a seguir.

Um senador que faz oposição ao presidente dificulta a aprovação do Orçamento e a liberação de recursos, **atrasando** [e atrasa] o desenvolvimento do Estado e dos municípios.

O “santinho” (3), por sua vez, além do presente do indicativo, que é fortemente marcado no texto e exprime valor de simultaneidade, apresenta o verbo “ter” conjugado no pretérito perfeito do indicativo e acompanhado pela forma temporal não-verbal “nunca”. Deste modo, remete o leitor, em um breve instante, a um momento anterior. Da mesma forma como ocorre no “santinho” (1), verifica-se uma forma verbal no gerúndio (“querendo”) com valor de simultaneidade.

Vale ainda observar que o “santinho” (2), que possui segmentos da ordem do Narrar, apresenta recuos ao passado, como se pode verificar nos segmentos expostos e marcados em negrito a seguir:

(...) **Começou a trabalhar aos 14 anos** (...) Empresário dos ramos de alimentação, eletrodomésticos e móveis **desde 1957** (...)
Eleito duas vezes Deputado Federal (1979-1982/1994-1996)
Eleito três vezes prefeito de Contagem (1973-1978/1983-1986/1997-1999)
Eleito Governador de Minas Gerais (1987-1990)
(...) Newton **sempre foi** um pai e um esposo presentes. (“Santinho” 2)

Por meio desses elementos de temporalidade, o leitor/eleitor pode compreender os momentos a que se referem e localizá-los no eixo temporal que ele mesmo constrói através das formas tempos verbais com valor de anterioridade, bem como das formas não-tempos verbais como: “desde 1957”, “(1979-1982/1994-1996)”, “sempre” etc.

Enfim, vale ressaltar que a temporalidade é de fundamental relevância no quadro do ISD na medida em que é a partir de sua análise que se pode verificar o mundo discursivo criado na construção de um texto, ou seja, pode-se distingui-lo entre a ordem do Expor e do Narrar. Nesse sentido, a temporalidade pode contribuir muito na argumentação dos “santinhos”, na medida em que pode dar credibilidade ao texto através das formas não-tempos verbais, como as datas dos fatos, bem como por meio das formas verbais com valor de anterioridade, que narram ou relatam o passado do candidato (nos âmbitos profissional, político e pessoal).

Na próxima seção, identificaremos e analisaremos os mecanismos que realizam a conexão textual dos “santinhos”.

3.3 A conexão nos “santinhos”

Os organizadores textuais são formados por um subconjunto de unidades linguísticas que realizam a conexão textual, mecanismo que contribui na marcação das grandes articulações de progressão temática. Neste sentido, percebe-se que se trata de elementos relevantes para que um agente-produtor convença os agentes-leitores a aderir a suas teses. Ou seja, a conexão textual exerce importante papel na argumentação de um texto.

A análise dos textos dos “santinhos” de nosso cópuz nos fez observar, inicialmente, que o modo de articulação preponderante nesses textos se deu através do conector “e”. O uso deste conector propicia a imagem de um quadro somatório, o que é favorável para os candidatos reforçarem as muitas ações que eles teriam feito no seu histórico de vida pessoal ou profissional. A característica de adição desse conector é salientada por Penhavel (2005) que, apesar de discutir sobre as diversas funções que o “e” (conector, marcador discursivo)

pode desempenhar, trata-o como um elemento linguístico que sempre traz consigo a ideia de adição.

No “santinho” (1), por exemplo, o marcador discursivo “e” é utilizado na segunda linha do texto: “O **senador**⁹ trabalha junto ao presidente **e**¹⁰ é o principal interlocutor entre a União o Estado e os municípios”. À primeira vista, poderíamos identificar o conector “e”, usado nesse segmento, somente como um caso de coordenação simétrica, pelo qual dois membros coordenados reteriam sua integridade e não adicionariam significado um no outro (Camacho, 1999). Todavia, este mesmo conector poderia assumir o papel de coordenação assimétrica, por haver uma modificação do significado do conectivo que lhe possibilitaria ocorrer em contextos semânticos, tais como: causal (ex: O senador trabalha junto ao presidente porque ele é o principal interlocutor entre a União, o Estado e os municípios) e final (ex: O senador trabalha junto ao presidente para ser o principal interlocutor entre a União, o Estado e os municípios).

O “santinho” (1) apresenta, ainda, outras duas conexões explícitas em seu texto realizadas pelos marcadores discursivos “por isso” e “então”. Através da marca “por isso”, podem-se relacionar elementos de conteúdo, pois desencadeia uma explicação conclusiva do fato de o senador e o Presidente da República deverem relacionar-se bem. A partir deste ponto, o agente-produtor introduz a marca “então”, interpelando o eleitor através do pronome de tratamento “você” (em caixa alta e em negrito) sobre quem seria o melhor senador para Minas Gerais. Bronckart (2007) afirma que o “então” é um tipo de organizador textual que coloca em evidência o tipo de relação existente entre frases individuais, assegurando uma função de empacotamento. O uso do marcador discursivo “então” sinaliza relações discursivo-argumentativas que podem fazer com que o eleitor/leitor veja certa evidência no que está escrito e, assim, o agente-produtor obteria sucesso na interação, já que a busca dos agentes-produtores dos “santinhos” é por agentes-leitores que concordem com seu texto. É interessante notar também que os marcadores discursivos “por isso” e “então” demarcam mudanças na planificação do texto do “santinho” (1). Ou seja, quando o autor do texto insere o primeiro marcador, a sequência textual passa de expositiva para argumentativa e, quando o segundo marcador é inserido, demarca-se a sequência injuntiva.

No “santinho” (2), notamos que, por se tratar de um texto construído em tópicos, quase em sua totalidade, não há muitos elementos explicitando sua articulação. O texto

⁹ Grifo do autor.

¹⁰ Grifo nosso.

desse “santinho” tem como título “Motivos para ter Newton no Senado”, o que sugere seu formato em tópicos ser uma boa estratégia para salientar que os motivos seriam muitos. Os “motivos” são subdivididos em dois subtítulos: (i) “Um homem trabalhador” e (ii) “Um político comprometido com o povo”.

Depois de enumerar cinco tópicos relacionados ao subtítulo (i) e treze relacionados ao (ii), há a elaboração de um pequeno parágrafo no qual se articulam todos os tópicos anteriores através de um tipo de marcação de conexão feito por um sintagma preposicional regido pela macrossintaxe, o que faz essa marcação assumir o estatuto de estrutura adjunta (BRONCKART, 2007): “**Mesmo com tanto trabalho e tanta luta pelo povo de Minas Gerais**, Newton sempre foi um pai e um esposo presentes (...)”.

Essa estrutura adjunta explicita a argumentação que se quis construir através de um texto topicalizado e, além disso, desenvolve um interessante argumento que pode, em alguma medida, convencer o auditório para o qual ele é destinado: os cidadãos do estado de Minas Gerais. Ou seja, quando se afirma que “Newton sempre foi um pai e um esposo presentes”, busca-se um valor cultural no qual não bastaria um político ser trabalhador; ele deveria, além disso, zelar por sua família, ser presente.

O texto do “santinho” (3), por sua vez, faz uso do conector “mas” no seguinte trecho: “São tantas as vitórias que tem muita gente querendo comemorar os gols que Lula vem fazendo. **Mas** aqui em Minas, o único candidato a governador que joga no time de Lula é Nilmário”. De acordo com Bronckart (2007), “mas” pertence a um conjunto de conjunções de coordenação que assume uma função de balizamento. Ducrot (1987) afirma que o “mas” é o conector por excelência, ele se caracteriza por contrapor algo que se afirmou anteriormente. No “santinho” (3), esse conector denuncia que outros candidatos estiveram divulgando realizações de obras que, na verdade, foram realizadas pelo “time de Lula” – no qual se inclui Nilmário. Assim, argumenta-se que é Nilmário quem deve ser eleito governador de Minas Gerais.

4. Considerações finais

Com o objetivo de conhecermos melhor o gênero textual “santinho político”, realizamos esta pesquisa, buscando identificar, descrever e analisar suas características constitutivas. Neste sentido, a análise dos mecanismos de textualização presentes em alguns exemplares do gênero textual “santinho político” nos propiciou um conhecimento

maior sobre as características constitutivas desse gênero, além de nos possibilitar compreender um pouco como se dá a construção da argumentação nesses textos.

5. Referências

BENVENISTE, Émile. **Problèmes de linguistique générale, 1**. Paris: Éditions Gallimard, 1966.

_____. Émile. **Problèmes de linguistique générale, 2**. Paris: Éditions Gallimard, 1974.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano**. São Paulo: Mercado de Letras, 2006.

_____. **Atividade de linguagem, textos e discursos. Por um interacionismo sociodiscursivo**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2007.

CAMACHO, R. G. **As estruturas coordenadas aditivas**. In: NEVES, M. H. M. (org.). **Gramática do Português Falado**. vol. 7. São Paulo: FAPESP/ Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

KOCH, Ingedore Villaça. **Argumentação e linguagem**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

PENHAVEL, E. **Multimodalidade e níveis de análise: o papel do conectivo e na organização do discurso**. São José do Rio Preto, 2005, 132p. Dissertação – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de São José do Rio Preto – FAPESP (Proc: 02/10807-4).

PINTO, Rosalvo Gonçalves. **A coesão temporal na construção da temporalidade discursiva**. (Tese). Universidade Federal de Minas Gerais, 2004a.

_____. **Temporalidade discursiva e coesão temporal à luz do interacionismo sociodiscursivo**. In: **Revista Calidoscópico**, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada - v. 2, n.2 (dez.2004) São Leopoldo: UNISINOS, 2004b (p.41-48).

_____. **O Interacionismo sociodiscursivo, a inserção social, a construção da cidadania e a formação de crenças e valores do agir individual**. In: GUIMARÃES, A. M. de M.; MACHADO, A. R.; COUTINHO, A. (Orgs.). **O interacionismo sociodiscursivo: questões epistemológicas e metodológicas**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007. p. 111-119.